



Periodicidade: Diária
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 14000

Temática: Política
Dimensão: 1015 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 4

Enfermeiros. Ministério da Saúde respondeu à PGR com sindicância

PGR foi informada de investigação decretada pelo ministério com “caráter de urgência”. Inspectores foram recebidos ontem na Ordem com protestos.

BEATRIZ DIAS COELHO
beatriz.coelho@ionline.pt
MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

O Ministério da Saúde respondeu ao pedido de esclarecimentos da Procuradoria-Geral da República (PGR) com o anúncio de que tinha determinado a sindicância à Ordem dos Enfermeiros, revelou ao *i* fonte da PGR. Em causa está a exposição que Marta Temido enviou à PGR relativamente à Ordem dos Enfermeiros, à qual a PGR respondeu no início de abril com um pedido de esclarecimentos. “Perante o teor da referida exposição foram solicitados esclarecimentos ao ministério sobre qual o concreto alcance visado, por cuja resposta ainda se aguarda”, elucidou na altura a PGR. Questionado na semana passada sobre se os esclarecimentos foram entregues, fonte do Ministério Público indicou ontem ao *i* que o ministério remeteu para a sindicância que está em curso à Ordem. “O Ministério da Saúde respondeu que foi determinada a sindicância à ordem dos enfermeiros com caráter de urgência”, informou a PGR. Quando veio a público a sindicância, que ontem motivou protestos à porta da Ordem, o Governo indicou que a investigação surgia no exercício dos poderes inspetivos decorrentes da “tutela de legalidade do Governo sobre a Ordem dos Enfermeiros”. A sindicância, indicou na altura o ministério, tem por objetivo inda-

gar “indícios de eventuais ilegalidades” resultantes de três aspetos: as intervenções públicas e declarações de dirigentes da Ordem, as atividades e prioridades de atuação e a gestão no que respeita a contas.

A tensão entre o Governo e a Ordem dos Enfermeiros atingiu o pico no início de fevereiro, quando o Primeiro-Ministro, em entrevista à *SIC*, revelou que tinha intenções de avançar com uma queixa judicial contra Ana Rita Cavaco. A justificação dada na altura relacionava-se com o facto de Costa considerar que a postura adotada pela bastonária ultrapassava as funções que Ana Rita Cavaco exerce. “As ordens profissionais estão expressamente proibidas de desenvolver qualquer tipo de atividade sindical”, afirmou. “No meu modesto entendimento, a Ordem dos Enfermeiros e, em particular, a senhora bastonária têm violado claramente esta atuação”, acrescentou. Em resposta, a bastonária reagiu nas redes sociais: “Com os poderosos que ganharam milhões, nunca o ouvi com voz tão grossa e tão nervoso, nem relativamente aos milhões que voaram da CGD e de outros bancos, nem à corrupção ou às ilegalidades de figuras do Estado”. O secretário de Estado Adjunto da Saúde chegou a anunciar a suspensão das relações institucionais com a Ordem, que acabaram por ser restabelecidas em março. Ainda assim, Ana Rita Cavaco já afirmou que ainda não foi recebida pela minis-



Ana Rita Cavaco acusa Governo de perseguição

PATRÍCIA DE MELO MOREIRA/AF

tra da Saúde, um litígio que se agravou na última semana com o anúncio da sindicância publicado no “Diário de Notícias”.

ORDEM AVANÇA COM AÇÃO JUDICIAL O início da sindicância estava marcado para as 10h, mas foi longo o seu atraso: à chegada à Ordem, os inspectores da Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS) foram surpreendidos por dezenas de enfermeiros que ali se concentraram em resposta ao apelo do movimento Greve Cirúrgica para mostrar o descontentamento com a iniciativa. Lá dentro, um outro obstáculo: a Ordem exigiu aos inspectores uma notificação formal do despacho

da ministra, dos seus fundamentos e dos elementos de prova antes da realização da sindicância.

“Durante três horas e meia ficámos a aguardar que nos fosse facultado o despacho da senhora ministra juntamente com os fundamentos e com as provas. São publicações do Facebook, notícias de jornais, takes da *Lusa*. Contudo, o que diz a lei é que tem de haver motivos sérios e suspeitas fundadas de graves ilegalidades na gestão da Ordem dos Enfermeiros [para motivar a sindicância]. Ora, entendemos que declarações públicas não configuram isso e portanto vamos reagir judicialmente a este despacho”, disse ontem ao *i* Ana Rita Cavaco.

A bastonária dos enfermeiros não quis revelar pormenores da ação judicial contra o ministério, mas voltou a insistir numa ideia que tem vindo a defender. “Isto é o que já suspeitávamos e temos a convicção de que configura uma perseguição e uma vingança à Ordem e aos seus dirigentes. Resta saber se isto que está aqui é de

igual teor ao que foi enviado à senhora PGR. Se foi a mesma coisa, é interessante: quer dizer, não constituiu matéria para a PGR mandar abrir um inquérito, mas constitui matéria para a IGAS? É estranho. Tenho a convicção de que é o mesmo teor”, confessa Ana Rita Cavaco ao *i*.

No primeiro dia de sindicância, os inspectores reuniram, entre outros, “uma série de documentos que dizem respeito ao recursos humanos, à contabilidade organizada, e à contratação pública”, precisa a bastonária. “Não receio nada do que possa ser encontrado aqui, aquilo de que tenho receio é da saúde da democracia. Ouvei as palavras do senhor Presidente da República, que ainda não tinha recebido a nossa comunicação [enviada na semana passada], e quando o senhor PR diz que isto é uma relação entre um organismo autónomo e o Ministério da Saúde, eu não posso estar mais em desacordo. Isto é um atentado à democracia, não se podem ordenar sindicâncias arbitrariamente”.

Sindicância tem por objeto declarações, ação e prioridades da Ordem e contas